

**PAPÉIS DA GESTÃO ESCOLAR DA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL MAESTRO MIGUEL
ALVES DA SILVA NO PROJETO “DE
MÃOS DADAS COM A CULTURA
AFRO-BRASILEIRA”¹**

*ROLES OF THE SCHOOL
MANAGEMENT OF THE MUNICIPAL
SCHOOL OF ELEMENTARY
EDUCATION MAESTRO MIGUEL ALVES
DA SILVA IN THE PROJECT "HAND IN
HAND WITH AFRO-BRAZILIAN
CULTURE"*

Rodrigo Barbosa Bastos

Doutorando em Educação na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pós-graduando em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Geógrafo pela UNIFAP. Pedagogo pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP). Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: rodrigobarbosa4545@gmail.com

Marcos Vinicius de Freitas Reis

Doutor em Sociologia pela UFSCAR. Mestre em Ciências Políticas pela UFSCAR. Graduado em História pela UFU. Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente do Curso Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Coordenador do Centro de Estudos de Religiões, Religiosidades e Políticas Públicas (CEPRES). Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo estudar os papéis da gestão escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva no projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”. O problema de pesquisa tratou da seguinte questão: quais os papéis da gestão escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva no projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”? A metodologia parte de uma pesquisa exploratória realizada através de um estudo de caso e pesquisa documental, contendo uma abordagem qualitativa do objeto. Os resultados apontaram que o projeto é importante para a materialização de práticas educacionais decoloniais e que configuram a abordagem plural, laica e diversificada do fenômeno e da prática educacional do ensino religioso e que com a diminuição dos casos de Covid-19, o retorno do projeto no ambiente escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva será possibilitado, alcançando, assim, sua importante continuidade socioeducacional.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Decolonialidade. Ensino Religioso.

Abstract: This article aims to study the roles of school management at EMEF Maestro Miguel Alves da Silva in the project “Hand in hand with Afro-Brazilian culture”. The research problem addressed the following question: what are the roles of school management at EMEF Maestro Miguel Alves da Silva in the project “Hand in hand with Afro-Brazilian culture”? The methodology is based on exploratory research carried out through a case study and documentary research, containing a qualitative approach to the object. The results showed that the project is important for the materialization of decolonial educational practices and that configure the plural, secular and diversified approach to the phenomenon and educational practice of religious education and that with

¹ O presente estudo é resultado de investigação realizada no âmbito do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP), na categoria de Trabalho de Conclusão de Curso.

the decrease in cases of Covid-19, the return of the project in the school environment of EMEF Maestro Miguel Alves da Silva will be made possible, thus achieving its important socio-educational continuity.

Keywords: School Management. Decoloniality. Religious education.

Introdução

As discussões referentes à gestão escolar são cada vez mais necessárias para a promoção da autonomia didático-pedagógica no ambiente escolar e para o conjunto de políticas públicas educacionais efetivadas na atualidade, especialmente quando se trata da efetivação da gestão democrática, em decorrência dos múltiplos desafios postos no atual cenário de resquícios da Pandemia da Covid-19.

Assim sendo, a gestão democrática educacional, instituída pela Constituição Federal de 1988², refere-se a uma das maiores conquistas constantes no âmbito dos direitos sociais no Brasil, fundamentada na seção de educação da Carta Magna brasileira, especialmente nos escritos dos artigos 205 a 214. No escopo da sua gênese teórica, a gestão democrática legitima a participação da comunidade escolar, dos profissionais da educação, docentes, diretor(a), gestores/pedagogos(as) e demais instâncias sociais sobre o processo de construção de uma proposta educacional calcada na qualidade do ensino, na valorização dos profissionais da educação e em uma proposta curricular diversificada. Com isso, busca-se conceber o processo de ensino plural e a aprendizagem como direito de todos, alicerçado em diversas perspectivas científicas, com múltiplas visões e perspectivas de abordagem dos conteúdos a serem ensinados.

Todavia, apesar da legislação educacional versar sobre a gestão democrática e possibilitar todas essas questões apresentadas, observa-se que a sua efetividade ainda se revela como uma questão desafiadora para o campo educacional brasileiro,

² BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

explicitando tensões, resistências³ e lutas que objetivam a materialidade desse processo nas diversas instituições escolares do Brasil. Paralelo a essas questões, tem-se como uma das possibilidades a promoção de um currículo plural, diversificado, autêntico e atencioso às demandas educacionais, especialmente no componente curricular do Ensino Religioso contemporâneo. Trata-se de efetivar um ensino, desse componente, sobre conteúdos diversificados, calcados em um processo de aprendizagem que considere a decolonialidade como o ancoramento epistemológico das discussões relacionadas ao ensino religioso.

Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva estudar os papéis da gestão escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva no projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”. O problema de pesquisa que norteou esta investigação tratou da seguinte questão: quais os papéis da gestão escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva no projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”?

Os objetivos específicos tratam-se de: a) situar o papel da gestão escolar, à luz dos estudos decoloniais no tocante à religião; b) discutir o papel da gestão escolar na promoção de um ensino religioso laico e decolonial na Amazônia amapaense; e c) investigar o papel da gestão escolar no desenvolvimento do projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira” na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, observando a promoção de práticas educacionais decoloniais no ensino religioso.

O interesse pela pesquisa surge a partir da vivência na escola-*locus* desenvolvida na função de docente da educação básica, e, conseqüentemente, por lidar com o componente de ensino religioso no exercício da prática docente com o 5º ano do ensino fundamental. Observando-se, ainda, a relevância do projeto para a existência de um ensino plural, laico, diversificado, autônomo, crítico e, sobretudo, decolonial no trato do ensino religioso.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória realizada através

³ O tema da resistência social foi desenvolvido por James Scott para analisar as múltiplas formas de dominação presentes nas relações sociais que, para ele, sempre expressam relações de poder. São mecanismos que revelam estratégias de pessoas/grupos subordinados nas relações sociais com os grupos dominantes e, por vezes, representam a única possibilidade de manifestação social da insubordinação ideológica sofrida por tais grupos. SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Traducción de Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2000.

de um estudo de caso e pesquisa documental, adotando-se uma abordagem qualitativa do objeto. O documento analisado foi o escopo da proposta do projeto “De mãos dadas com a cultura afro brasileira” na EMEF Maestro Miguel. A seguir são apresentadas as etapas desenvolvidas na pesquisa e, em seguida, os aprofundamentos teóricos que tratam da presente temática.

Metodologia

As investigações no campo das ciências humanas “[...] tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, de modo a abranger os múltiplos aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados.”⁴ Nessa perspectiva, considerando a objetividade reflexiva proposta na relação entre a gestão escolar e o ensino religioso como base para este estudo, a presente pesquisa trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa e ancorado em um documento da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva que versa sobre o tema em questão.

Além disso, busca-se embasamento em estudos sobre a relação da gestão escolar com o ensino religioso, tendo como elementos basilares a legislação educacional atual e as propostas educacionais para um ensino de qualidade, laico e plural. Assim sendo, destaca-se que, no campo conceitual, “o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos [...]”⁵

Para o delineamento da pesquisa buscou-se, ainda, a análise documental como fundamento para as questões específicas do referido projeto. O documento analisado foi o escopo da proposta do projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira” na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, construído pela gestão da referida

⁴ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994. p. 277.

⁵ COUTINHO, Clara Pereira. *Métodos de Investigação em Educação*. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 2008. p. 4.

escola. Pontua-se que o documento foi analisado com base na Análise do Conteúdo⁶, observando-se a relação entre a temática e seus delineamentos no documento analisado. Esse processo de análise seguiu as etapas da técnica de Análise do Conteúdo, quais sejam: a pré-análise; exploração do material; tratamentos dos resultados, a inferência e a interpretação dessas etapas associadas com a temática⁷.

O *locus* da presente pesquisa foi a EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, da rede pública municipal de ensino, situada na rua Quintinuo Justo de Almeida, nº 120, no bairro Perpétuo Socorro, na cidade de Macapá, estado do Amapá. A escola foi criada no ano de 1994, tendo suas atividades autorizadas com base no decreto-lei nº 23/1994, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Seu campo de atuação centra-se no ensino fundamental I e na Educação de Jovens e Adultos. É a escola que, atualmente, atende ao maior número de alunos da rede municipal de educação de Macapá. Ressalta-se que outras informações detalhadas da escola serão apresentadas na última seção deste artigo.

Os instrumentos de coleta de dados foram: pesquisas em artigos, teses, dissertações e livros que versam sobre o objeto em questão; pesquisa documental (Escopo do Projeto) da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva; observação participante e fotografias do dia de socialização do projeto com a comunidade escolar. Por fim, é importante dizer que os fundamentos teórico-metodológicos desta investigação estão pautados na análise do objeto considerando sua relação fenomênica com as atribuições/papéis da Gestão Escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva.

Gestão escolar, decolonialidade e religião

A gestão escolar, historicamente, emergiu sob o contexto da política educacional escolar brasileira no percurso do final do século XIX e início do século

⁶ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.; FRANCO, Maria L. Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.

⁷ Trata-se de um processo exploratório do material/documento a ser analisado, a qual deve ser seguido com rigor em vista de alcançar os objetivos propostos, desvelando as potencialidades do documento e gerando suas inferências de modo coeso e coerente.

XX, em particular com a implementação da política de gerenciamento das instituições escolares e do ensino no Brasil. Essa política passou a configurar ações de supervisão e orientação nas escolas brasileiras, sendo cada uma dessas ações bem delimitadas em suas esferas de atuação. Destaca-se que tal perspectiva ficou evidente no cenário educacional brasileiro no período conhecido como regime militar (1964-1985), em que o modelo tecnicista relacionado ao mundo do trabalho adentrou em múltiplos espaços, transmutando questões laborais existentes naquele período para as instituições escolares, a exemplo dos processos laborais exercidos pelos pedagogos e pedagogas naquele período, os quais levavam em consideração tal perspectiva⁸.

Seguidamente, após esse período, notou-se algumas mudanças advindas das novas práticas racionais constantes no mundo do trabalho, consolidados a partir de 1988, no âmbito do processo de redemocratização do Brasil, e que reverberou por toda a estrutura social, especialmente a partir de novas adoções de políticas Estatais para os ambientes escolares brasileiros. O Estado, por sua vez, agiu e age no campo das políticas públicas educacionais contemporâneas criando diversas reformas no campo legal, objetivando nomear, atribuir, regular e orientar tais políticas para os diversos segmentos escolares do Brasil. Diante desse cenário, é relevante assinalar alguns marcos teóricos e legais que se mostram importantes para a compreensão do papel da gestão educacional configurada na atualidade.

Assim, a legislação educacional atual situa a gestão escolar no campo da gestão democrática, conforme explicita a Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 37 e 205⁹, ratificado pela que consta no Art. 14 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao citar que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.¹⁰

⁸ LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 8. ed. Goiânia: Alternativa, 2011.

⁹ BRASIL, 1988.

¹⁰ BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as

Com base nesses elementos, nota-se a característica principal que circunda o campo da gestão escolar no Brasil e o modo pelo qual sua existência deverá ser regulada, alcançando uma prerrogativa legal quanto à implementação da gestão democrática nos diversos sistemas e instituições escolares brasileiras. Nesse sentido, torna-se importante frisar o papel social que alcança materialidade na prática educacional desenvolvida pela gestão escolar na contemporaneidade, nesse caso, destaca-se que:

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam 'cidadãos ativos' participantes da sociedade como profissionais compromissados.¹¹

A partir da ideia apresentada, concorda-se que a perspectiva social que norteia os trabalhos desenvolvidos pela gestão escolar na atualidade, em particular sob o prisma de ações democráticas, deve estar pautada numa relação dialógica, participativa e democrática de todos os sujeitos participantes do processo educativo e, compreendendo, sobretudo, a dimensão da escola como um espaço laico, que deve contemplar a diversidade e o saber como fundamentos basilares de sua existência na sociedade¹².

Com bases nesses últimos preceitos e diante do contexto histórico-político no qual situa-se a gestão escolar no Brasil, busca-se apresentar e discutir alguns elementos correlatos ao papel social da gestão escolar na contemporaneidade, com vistas à contemplação de uma proposta de labor que tenha em seu conjunto ações decoloniais¹³, objetivando um ensino com qualidade, plural e com respeito à

diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. p. 38. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

¹¹ CURY, Carlos R. Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 489.

¹² LIBÂNEO, 2011.

¹³ As ações decoloniais se mostram como o processo histórico-político-social de re-existência aos eventos de perversidade humana marcada pela influência colonial europeia, a qual a historicidade documentada das relações de poder existentes nesse período e em particular nos lugares de colonização sinalizam a opressão, a violência, a desvalorização do homem e a aculturação como sendo processos necessários para uma nova formação de caráter e sociedade pensados pelos

diversidade religiosa, tal como está situada a presente discussão.

A princípio, cabe salientar alguns aspectos conceituais que norteiam a decolonialidade, a fim de que o objeto aqui em análise esteja em conformidade com um dos prismas fundamentais dessa discussão e que situam a gestão escolar sob esse aspecto. Assim sendo, a concepção de decolonialidade é entendida como:

[...] um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos de existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação.¹⁴

Desse modo, nota-se que a expressão “decolonialidade” ou “descolonialidade” – citado por alguns autores, revela potencialmente ações pelas quais configuram um *modus operandi* de embate social aos eventos históricos que denotam a ausência de alteridade, perversidade, morte e violência humana em prol de um processo colonizador que apresentou consigo a expropriação dos recursos naturais, o trabalho escravo de homens negros e indígenas, a morte de muitos desses e inculcou a necessidade de desconstrução sociocultural, a qual mancha e assevera as marcas das raízes históricas de origem do povo brasileiro. São mazelas, a exemplo do racismo religioso¹⁵, que precisam ser descritas, mas, sobretudo combatidas em suas múltiplas manifestações, quer seja pela historicidade destas ações ou pela transfiguração que elas assumiram na contemporaneidade, da ofensa à cultura do próximo, do preconceito racial, entre outros eventos que escamoteiam uma realidade

européus (SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.). É importante destacar que a perspectiva colonial histórica fere princípios sociais, culturais, humanos e religiosos – tal como se percebe na relação entre europeus (brancos), negros e índios no percurso histórico da colonização no Brasil.

¹⁴ MOTA NETO, João Colares da. *Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Curitiba: CRV, 2016. p. 44.

¹⁵ “O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida.” NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. [livro eletrônico]. São Paulo: Pólen, 2020. p. 47.

perversa ainda existente em algumas configurações sociais do Brasil.

Nessa perspectiva, a decolonialidade assume um papel fundamental em combater tais ações e, fundamentalmente, em propor um conhecimento amplo, plural, diversificado e essencialmente importante para a compreensão das raízes históricas que configuram a natureza social dos processos históricos, culturais, religiosos e socioeducacionais vivenciados no território brasileiro

Mignolo, ao analisar os desafios decoloniais hoje, explicita que a “[...] descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento contemplados pela modernidade, como à violência da colonialidade.”¹⁶ Dessa forma, nota-se que os aspectos fundamentais e expressivos da decolonialidade advêm da resposta, social e intelectual, aos produtos originários da perversidade colonial existente historicamente e que ainda apresentam resquícios na atualidade.

Nesse campo de discussão que alcança diversos elementos da sociedade atual, observa-se que a decolonialidade se estabelece no campo da diversidade cultural, propondo a existência de um conjunto de ações para demonstrar, de modo concreto, a resistência social e política pelos múltiplos eventos do passado e, infelizmente, do presente, os quais reverberam o aspecto colonial e perverso do poder hegemônico como centralidade existencial dessas ações, que coexistem sobre diversos campos da sociedade, em particular no campo da cultura, organização escolar e da religião em suas diferentes manifestações sociais¹⁷.

Nesse sentido, é oportuno explicitar que no segmento de discussão decolonial, a religião assume um posicionamento importante pois revela inúmeras ações de perversidade, de desrespeito, de racismo religioso, de preconceito racial e entre outras questões relevantes para este campo de estudo.

Soares¹⁸ pontua que o ER (Ensino Religioso) refere-se a uma transposição

¹⁶ MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. p. 13.

¹⁷ QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. MOTA NETO, 2016.

¹⁸ SOARES, Afonso M. Ligorio. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 9, p. 1-18, set. 2009. Disponível em:

didática dos resultados obtidos pela Ciência da Religião. Progredindo na discussão, o referido autor descarta a aplicabilidade dos modelos catequético e teológico para o ensino religioso, sugerindo o modelo epistemológico presente no campo da Ciência da Religião como a única vertente capaz de sustentar a autonomia epistemológica e pedagógica do ensino religioso.

Seguindo essa perspectiva de posicionamento epistemológico, o qual concorda-se e acredita-se como sendo base fundamental para os estudos e análises contemporâneas no campo do ensino religioso, cita-se que:

O olhar que lançamos sobre o fenômeno religioso não é confessional nem pertence a esta ou aquela 'teologia'; sua base epistemológica é a Ciência da Religião. Esta abordagem possibilita a análise diacrônica e sincrônica do fenômeno religioso, a saber, o aprofundamento das questões de fundo da experiência e das expressões religiosas, a exposição panorâmica das tradições religiosas e as suas correlações socioculturais. Trata-se, portanto, de um enfoque multifacetado que busca luz na Fenomenologia, na História, na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia da Religião, contemplando, ao mesmo tempo, o olhar da Educação.¹⁹

Assim sendo, ratifica-se que a vertente a que está circunscrita o presente estudo ancora-se nos fundamentos apresentados na ideia acima. Por essa razão, os estudos e análises no âmbito do ensino religioso devem estar em consonância com a ideia apresentada, além disso, precisam fundamentar uma prática social com vistas a uma reflexão crítica da realidade, associando os estudos da ciência da religião aos postulados dos estudos decoloniais. Nesse processo, a gestão escolar deve considerar tais elementos como fundamentais para a prática de um ensino crítico e de uma aprendizagem condizentes com as reais necessidades formativas dos sujeitos/educandos.

Além disso, no campo da Ciência da Religião, considera-se importante a existência de um ensino não confessional²⁰, capaz de contemplar o fenômeno

https://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_soares.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

¹⁹ SOARES, 2009, p. 2.

²⁰ O ER (Ensino religioso) não confessional é caracterizado por um ensino de base fenomenológico, tendo sua base de estudos situada nas manifestações culturais e religiosas da sociedade, bem como seu objeto de análise situa-se nos valores, festas, rituais, cultos, feriados, comportamentos e princípios de cada religião existente no planeta. Tal postura epistemológica permite ao aluno o reconhecimento das manifestações/expressões da fé em suas múltiplas formas, seguindo uma

religioso como um elemento que traduz, didaticamente, a historicidade, o respeito às raízes étnicas do Brasil, demonstrando a necessidade de se compreender e respeitar a história religiosa da africanidade – compreendida como a existência da população Africana, oriundas do continente africano. Indígenas advindos da América Latina e ribeirinhos de origem de matriz-africana, assim como as suas importantes e históricas manifestações sociais, as quais representam, com fervor, a re-existência consolidada na perspectiva da decolonialidade²¹.

Diante do exposto, a gestão escolar deve primar por ações coletivas garantidoras dos aspectos político-pedagógicos que aprofundem a democracia, o respeito, a abordagem decolonial e a laicidade²² nos espaços escolares brasileiros, a fim de que o ensino seja de qualidade, plural, diversificado e que valorize a diversidade no conjunto do seu planejamento, currículo e na prática docente constituída nas escolas. Em vista disso, busca-se tratar acerca das ações que a gestão escolar exerce no campo do ensino religioso considerando, ainda, os aspectos da laicidade no contexto da Amazônia amapaense.

Gestão escolar, ensino religioso e laicidade na Amazônia amapaense: perspectivas para uma educação decolonial

As perspectivas apresentadas denotam a necessidade de ações da gestão escolar que objetivem a promoção de um ensino laico, gratuito e com perspectivas na decolonialidade, especialmente nos estudos que envolvem as religiões em suas

abordagem histórica, holística e antropológica das religiões e desconsidera os estudos recortados ou que se baseiam apenas em uma só religião.

²¹ MOTA NETO, 2016; NOGUEIRA, Thaís Tavares; ALBUQUERQUE, Maria B. Barbosa. Mulheres Pajés: práticas de resistência decolonial na Amazônia. *In*: SARDINHA, Antonio Carlos; SILVA, David J. de Souza; Gushiken, Yuji (org.). *Estudos de cultura: abordagens e perspectivas*. Macapá: UNIFAP, 2020.

²² A laicidade na prática é que o Estado não interfira nos direitos à livre crença e à livre prática religiosa das/dos cidadãos/ãos – que os assegure, mais adiante – e que se mantenha aberto ao diálogo democrático entre as diversas visões de mundo – religiosas ou não – presentes em seu território. ABUMANSUR, Edin Sued. “Religião e Democracia, questões à laicidade do Estado”. *In*: BERNI, Luiz E. Valiengo (org.). *Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2016. (Coleção Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade, 1 v.). p. 59.

múltiplas formas de manifestações e existências. Nesse sentido, é oportuno pensar em novos posicionamentos da gestão escolar no sentido de prover tais questões para o contexto socioeducacional atual, de modo que sua configuração de acompanhamento, administração e orientação escolar estejam pautados por sobre essa (nova) perspectiva de compreensão histórica da realidade, situando os aspectos decoloniais como objetivos necessários no trato didático-pedagógico construído na contemporaneidade. Diante dessa nova necessidade socioeducacional e, particularmente, quanto aos aspectos democráticos da administração da educação escolar brasileira, nota-se que:

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola.²³

De acordo com a ideia do excerto acima, destaca-se que os paradigmas apresentados tratam-se da reformulação no tratamento do processo educacional construído na atualidade e que se reportam, de modo conceitual, para a “[...] gestão democrática que é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição.”²⁴ Em contrapartida a ideia apresentada, e apesar dos ideários constantes na legislação educacional atual, situa-se que “o poder social passou às mãos do capital, não só em razão de sua influência direta na política, mas também por sua incidência na fábrica, na distribuição do trabalho e dos recursos, assim como também via os ditames do mercado.”²⁵

Tais elementos podem ser vistos no âmbito da educação, especialmente no tocante à gestão escolar contemporânea, a qual, por vezes, constrói suas ações com base no delineamento das políticas educacionais internacionais, que trazem à público

²³ BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhais. *Gestão da educação: o município e a escola*. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 147.

²⁴ CURY, 2007, p. 493.

²⁵ WOOD, Ellen Meiksins. *Capitalismo e democracia*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 424.

um currículo desassociado da realidade educacional, em nosso caso, de um município localizado no norte da Amazônia brasileira e que apresenta potenciais desafios educacionais, especialmente em arquitetar uma linha tênue entre a sua historicidade, as atuais manifestações religiosas e o ensino escolar público nas diversas instituições escolares, como no caso do *locus* deste estudo. Assim, de modo a explicitar e a refletir sobre os componentes relacionados a essência da gestão democrática, cita-se, objetivamente, que:

A gestão democrática implica, portanto, a efetivação de novos processos de organização e gestão, baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação pode ser implementada e realizada de diferentes maneiras, em níveis distintos e em dinâmicas próprias no cotidiano escolar.²⁶

Diante do contexto apresentado e das múltiplas considerações citadas, as quais tocam a materialidade existencial da gestão democrática no Brasil, é pertinente citar a influência direta de fatores internos e externos no conjunto de ações implementadas na escola, especialmente naquelas geridas e propostas pela gestão escolar na atualidade. Portanto, a gestão democrática caracteriza-se pela participação efetiva de todos os membros envolvidos no processo de decisão e desconcentração de atividades escolares. Nesse sentido, refere-se a um processo democrático, qualitativo e urgentemente necessário. Nesse aspecto, as mudanças no âmbito da legislação educacional denotam a obrigatoriedade de inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"²⁷ no currículo oficial da Rede de Ensino básico, o que traz à tona um contexto desafiador para o ensino e aprendizagem do componente curricular

²⁶ OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes; DOURADO, Luiz Fernandes. *Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação*. 2008. p. 11. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/5gestao_escolar_democratica_definicoes_principios_mecanismo_implementacao.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

²⁷ A legislação educacional brasileira, a partir da Lei nº 10639/2003, incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", alterando a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9394/1996). Trata-se de uma ação que objetiva clarear aspectos históricos que, por vezes, foram esquecidos e que retratam aspectos importantes da história e da cultura brasileira com a participação de povos como negros, índios, ribeirinhos, entre outros que, historicamente, foram subalternizados no processo de construção político-social da História do Brasil em suas diversas configurações construtivas.

de ensino religioso na contemporaneidade.

Desse modo, considera-se pertinente para a gestão escolar, o exercício de tais aspectos no componente curricular de ensino religioso, seja de forma interdisciplinar ou mesmo através de projetos, conforme sinalizado anteriormente. Desse modo, a fim de apontar brevemente um elemento histórico que toca a existência do ensino religioso em território brasileiro, destaca-se que:

De fato, foi com a implantação do regime republicano, a partir de 1890, que o contexto educacional religioso assumiu uma nova perspectiva, quando a organização política do Brasil sofreu uma forte influência das ideias positivistas, as quais interferiram em diferentes aspectos da vida social, especificamente no campo da escolarização, sendo o país declarado laico. Portanto, com a Proclamação da República e a formação de um Estado laico, o aspecto cultural ganha relevância no país, considerando-se que a população nacional é constituída por uma cultura heterogênea, o que permite compreender a diversidade com base no pluralismo cultural religioso.²⁸

Nota-se que, apesar da temática apresentar aspectos históricos de sua existência socioeducacional no território brasileiro, a composição das discussões que envolviam o ensino religioso alicerçava-se na perspectiva do ensino confessional, o qual desconsiderava a prática de discussões de base histórica, de múltiplas manifestações do fenômeno religioso contemporâneo, de aspectos decoloniais, de uma visão plural e laica de construção do pensamento pedagógico destinado ao ensino religioso contemporâneo. Desse modo, Souza Santos cita a invisibilidade presente nos estudos acerca de tais povos, destacando que:

A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso.²⁹

²⁸ JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. Educação e História do Ensino Religioso. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 5-26, jul./set. 2015. p. 6. Disponível em: http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_no_2_Sergio_Junqueira.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

²⁹ SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010. p. 25.

A ideia acima ratifica a proposição de um ensino propedêutico, colonialista e proselitista, especialmente nos aspectos relacionados ao cristianismo catolicista. Nesse aspecto, busca-se apresentar e discutir uma outra possibilidade de configuração curricular e de ensino voltado para o ensino religioso contemporâneo, além de clarificar o importante papel da gestão educacional nesse processo, assumindo a responsabilidade em direcionar aspectos da legislação educacional associada à prática docente laica e com bases no respeito e discussão da diversidade do fenômeno religioso.

No campo da atual legislação educacional brasileira, tem-se alguns direcionamentos que oportunizam, subjetivamente, uma educação capaz de contemplar o componente curricular do Ensino Religioso na perspectiva da diversidade religiosa, do respeito às diversas instituições religiosas e culturais existentes, alinhado a uma perspectiva decolonial para o ensino desta disciplina escolar. Assim sendo, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, menciona que:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, **assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil**, vedadas quaisquer formas de **proselitismo**. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.³⁰ (Grifos nossos).

Nessa perspectiva, compreende-se o ensino religioso como possibilidade de realização de práticas educacionais decoloniais, as quais são importantes para o ensino e aprendizagem na atualidade, bem como para o processo de desconstrução de estereótipos e visões centradas na perspectiva de um ensino laico, com vistas a formar um sujeito crítico de sua realidade e esclarecido da necessidade de uma abordagem plural, múltipla e diversificada deste componente curricular em particular e das ciências como um todo. Outros elementos da atual legislação educacional

³⁰ BRASIL, 1996, p. 18.

brasileira que tocam a composição curricular do ensino religioso contemporâneo, trata-se da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Amapaense (RCA). A Base propõe que o Ensino Religioso atinja os seguintes objetivos:

a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos Direitos Humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.³¹

A ideia apresentada, coaduna-se com a promoção de uma educação atenta às diferentes manifestações religiosas, à promoção dos Direitos Humanos, ao pluralismo de ideias, ao direito à liberdade de crença e aos princípios e valores éticos presentes nas diferentes formas de manifestações do fenômeno religioso. Diante da ideia citada, destaca-se que o RCA confirma tal proposição sinalizando que, para o Ensino Fundamental, as Competências Específicas de Ensino Religioso devem abranger:

Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos; compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.³²

³¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Brasília: MEC, 2017. p. 436. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

³² AMAPÁ. Secretaria Estadual de Educação. *Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e ensino fundamental*. Macapá: SEED, 2018. p. 568. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_

O excerto indica a necessidade de construção holística e decolonial do componente de ensino religioso, observando a importância de uma prática docente que viabilize um ensino conforme os pressupostos elencados. Nessa perspectiva, sobre o componente curricular do ensino religioso e suas múltiplas percepções no cenário da Amazônia amapaense, a autora Vulcão, ao analisar o ensino religioso no Amapá e observando aspectos construtivos deste importante componente curricular, sinaliza:

[...] que deveria prevalecer o fenomenológico, como forma de superar o proselitismo e a doutrinação, que insistem em se interpor como entraves à consecução de um estudo da disciplina Ensino Religioso como circunscrito às Ciências da Religião, fato que o congrega como objeto de estudo passível de atendimento aos ditames da ciência e também da cultura [...].³³

A ideia apresentada pela autora indica a necessidade de uma postura epistemológica para o ensino religioso contemporâneo, em particular na realidade amapaense, a fim de contemplar a superação do proselitismo e da doutrinação histórica existente no ensino desse componente. Em continuidade com essa ideia, ao discutir o ensino religioso no Amapá, atentando-se para os aspectos da intolerância contra as religiões de matrizes africanas, Custódio acrescenta que:

[...] o Brasil precisa avançar em muito na discussão sobre a liberdade religiosa e o tratamento igualitário entre todas as matrizes religiosas existentes no Brasil. E neste cenário, a intolerância religiosa é considerada, atualmente, umas das questões mais difíceis de serem enfrentadas pelos educadores, pelas escolas e inclusive pelo espaço universitário, cuja ausência de tolerância viola a dignidade da pessoa humana, resguardada pela Declaração dos Direitos Humanos.³⁴

No tocante a essa discussão que reverbera múltiplos pensamentos e ideias para uma nova perspectiva socioeducacional para o ensino religioso contemporâneo, Reis e Junqueira, ao tratarem acerca da “Superação da intolerância no espaço da

curricular_ap.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

³³ VULCÃO, Maria de L. Sanches. *Ensino Religioso no Amapá: uma disciplina em construção (2006-2011)*. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, 2016. p. 113.

³⁴ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Ensino religioso no Amapá: intolerância contra as religiões de matrizes africanas. *Rev. Pistis Prax.*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 259-280, jan./abr. 2017. p. 275.

escola em diálogo com a Laicidade”³⁵, acrescentam um importante fundamento para os trabalhos a serem realizados como o componente de ensino religioso, ao destacarem que:

A Laicidade é compreendida como um sistema que defende a exclusão da influência da religião no estado, na cultura e na educação. O Estado Laico compreende que este país opta por não assumir uma religião oficialmente visando à convivência entre religiões e credos [...].³⁶

Com base na ideia apresentada, nota-se a necessidade construtiva de relações sociais que potencializem o respeito às diversas manifestações religiosas existentes nos diferentes arranjos espaciais do território brasileiro, especialmente no tocante às religiões de matrizes africanas, as quais, lamentavelmente, ainda representam os maiores casos de intolerância religiosa no país³⁷. Nesse sentido, considera-se fundamental essa luta para a superação da intolerância em múltiplos lugares e, especialmente, no espaço escolar, em que se concebe como um espaço de aprendizagem, de reflexão e construção crítica do conhecimento.

Práticas educacionais decoloniais para o ensino religioso contemporâneo: o caso do projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira” na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva

Em vista das discussões apresentadas, a presente seção tem por objetivo investigar o papel da gestão escolar no desenvolvimento do projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira” na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, observando a promoção de práticas educacionais decoloniais para o ensino religioso contemporâneo. Buscar-se-á, então, apresentar alguns elementos que detalham a

³⁵ REIS, Marcos V. de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. Superação da Intolerância no Espaço da Escola em Diálogo com a Laicidade. *In*: REIS, Marcos V. de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo; SANTOS, Fernanda C. da Encarnação dos (org.). *Ensino religioso: um espaço para o laico*. Rio Branco: Nepan, 2020. (Coleção Ensino Religioso na Região Norte, livro 2).

³⁶ REIS; JUNQUEIRA, 2020, p. 22.

³⁷ VULCÃO, 2016; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; REIS, Marcos V. de Freitas; BOBSIN, Oneide. A realidade do ensino religioso no estado do Amapá: proposta de criação do primeiro curso de licenciatura em ciência da religião. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 172-191, jan./jun. 2017.

realização do projeto citado, bem como a descrição de suas principais características presentes no documento necessário a sua realização. É importante destacar que se trata da escola com maior número de alunos matriculados na rede pública de ensino municipal de Macapá, no estado do Amapá, segundo os dados do censo escolar de 2019. Cita-se que esta seção voltar-se-á especialmente para as ações relacionadas ao Projeto em questão, que ocorreu no período da semana da consciência negra, no ano de 2019, circunstância na qual apresentou como objetivo geral: “refletir a importância da valorização e divulgação das Culturas Africana e Afro-brasileira para o fortalecimento da cidadania.” Em consonância com a ideia apresentada, e que aponta a necessidade de reflexão, valorização e divulgação da cultura Africana no Brasil, o escopo do projeto cita que:

Compreende-se a necessidade de trabalhar e desenvolver os pressupostos e conhecimentos inerentes à História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana, de forma interdisciplinar e com a participação de todos os seguimentos da escola, bem como a comunidade extraescolar.³⁸

Diante disso, percebe-se a importância em se trabalhar tais aspectos, principalmente por suscitarem a promoção do conhecimento de múltiplas religiões, sobretudo as de matrizes africanas. Por esse motivo, faz-se necessário a construção de ações com potencial para a promoção do respeito e da diversidade de manifestação religiosa no espaço escolar. Nesse caso, é oportuno destacar que:

A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética.³⁹

Percebe-se a relevância do papel da escola no desenvolvimento de práticas educacionais decoloniais que tocam, de modo fundamental, a prática do ensino religioso contemporâneo escolar na perspectiva socioconstrutiva da pluralidade, do currículo diversificado e laico, sendo importante no processo de construção e

³⁸ EMEF MAESTRO MIGUEL ALVES DA SILVA. *Projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”*. Macapá, 2019. p. 1.

³⁹ LIBÂNEO, 2011, p. 115.

desenvolvimento do saber, de modo a tornar os educandos seres pensantes acerca das diversas religiões existentes no planeta, bem como das experiências sociais, culturais e religiosas com as quais se constitui a sua realidade. Primando, sobretudo, pela promoção do respeito sociocultural à diversidade religiosa.

Assim, a relevância do projeto está centrada, objetivamente, na participação da gestão escolar, dos discentes, dos profissionais da educação e da comunidade escolar em participar da sua execução e culminância, à medida em que possibilita um contato mais próximo à cultura afro-brasileira, além dos aspectos relacionados à historicidade da manifestação plural do fenômeno religioso em diversas perspectivas existenciais e regionais do território brasileiro.

Trata-se de um movimento que articula e consolida o conhecimento com a representação social das religiões trabalhadas no projeto citado, evidenciando possibilidades de aprendizagem que extrapolam os educandos e alcançam o conjunto de sujeitos envolvidos no projeto e aqueles que participaram de sua culminância. Dessa forma, além das questões inerentes ao projeto, o escopo do mesmo explicita que:

No intento de valorizar e divulgar a cultura afro-brasileira, compromete-se trabalhar e desenvolver, através de sua proposta curricular, os aspectos que compreendem o modo de vida e as peculiaridades dos povos afro-brasileiros, contribuindo para estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que venham a respeitar as diferenças e características culturais próprias, buscando-se caminhos para a consolidação da cidadania, mediante ao contexto social a qual estamos inseridos.⁴⁰

Frente a isso, compreende-se a importância da gestão escolar no sentido de prover a idealização de concretização deste importante projeto para a comunidade escolar, que abrange a circunvizinhança da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva. Trata-se, portanto, de prover medidas concretas capazes de viabilizar a realização de ações que conjuguem a prática pedagógica consolidada com os direcionamentos da política e da legislação educacional atual, especialmente no tocante aos ordenamentos alinhados a uma prática escolar a serviço da necessidade formativa-

⁴⁰ EMEF MAESTRO MIGUEL ALVES DA SILVA, 2019, p. 1.

crítica dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, é fundamental o papel da gestão escolar nesse processo, particularmente em propor ações educacionais que dialogam com a materialização de um ensino diversificado, laico, plural e que contemple, sobretudo, o respeito à diversidade cultural, humana, e que expressa a religiosidade dentro do ambiente escolar⁴¹.

Busca-se apresentar algumas imagens que retratam algumas das construções e ornamentações realizadas no dia da culminância do projeto abordado neste estudo. São imagens da área de entrada da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva ornamentada e de um mural com desenhos alusivos ao Projeto em questão.

Imagens 1 e 2: Área de entrada da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva ornamentada e Mural alusivo ao Projeto.



Fonte: Arquivo fotográfico da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, 2019.

A partir das imagens apresentadas, observa-se a organização espacial dedicada a ornamentação do espaço escolar no dia da culminância do Projeto, além disso, é possível notar alguns ornamentos que simbolizam, historicamente, aspectos da cultura Africana presente na historicidade brasileira, tais como: vestimenta, colares, caixa de batoque, vasos cerâmicos. Há, ainda, um desenho no Mural que retrata a

⁴¹ LIBÂNEO, 2011; LUCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

figura imagética de crianças com vestimentas da cultura africana, assim como o desenho de mandalas e de um tambor concebido como um dos instrumentos pertencentes à musicalidade africana.

Sob essa perspectiva, é relevante citar os aspectos visuais apresentados, pois consideram a defesa da manifestação religiosa laica, diversificada e o elemento da pluralidade como fundamental no tratamento das questões religiosas presentes na sociedade, em particular, no espaço escolar. Destaca-se que tais elementos são relevantes para a construção de uma prática didático-pedagógica que os conceba como bases epistemológicas e filosóficas cruciais na construção do pensamento crítico dos educandos. De modo especial, no tratamento da aprendizagem do componente curricular do ensino religioso contemporâneo. Nessa perspectiva, concorda-se, fundamentalmente, que:

[...] o Ensino Religioso é defendido por alguns segmentos na sociedade como espaço de pensar a necessidade de romper com formas de intolerância religiosa, racismo, fundamentalismo, e compreender a necessidade da valorização dos direitos humanos e das múltiplas práticas culturais.⁴²

Com base no excerto apresentado, considera-se importante que a escola seja um desses espaços de reflexão da composição curricular e da prática pedagógica de um ensino religioso, objetivando a formação crítica do educando, para combater a intolerância, devendo primar pelo respeito aos direitos humanos de todos os sujeitos, independentemente de sua opção religiosa ou da ausência desta. Assim, entende-se que o ensino religioso expressa a existência do diálogo e a mediação como elementos basilares em suas práticas de aprendizagem. Em vista desse processo, as imagens 3 e 4 retratam mandalas e várias figuras de mulheres negras.

Imagens 3 e 4: Mural de artesanato com mandalas e várias figuras de mulheres negras.

⁴² JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo; REIS, Marcos V. de Freitas. Diversidade religiosa, laicidade aplicado ao ensino religioso. *Revista Labirinto*, Porto Velho, ano XX, v. 32, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2020. p. 39.



Fonte: Arquivo fotográfico da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, 2019.

As imagens 3 e 4 retratam um conjunto de atividades desenvolvidas pelos educandos na semana que antecedeu a culminância do projeto. É possível observar, na imagem 3, a construção de desenhos abstratos que variam entre máscaras africanas e personificação de rostos, já na imagem 4 é possível observar um desenho de uma mulher negra preenchido com várias fotos e imagens de outras mulheres negras em uma escala menor de visualização. Em continuidade com a discussão, a imagem 5 expressa a presença da comunidade escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva para a participação da culminância e socialização do projeto com todos os profissionais da educação envolvidos, assim como com a comunidade.

Imagem 5: Comunidade escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva.



Fonte: Arquivo fotográfico da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, 2019.

A imagem 5 retrata a presença de algumas pessoas da comunidade escolar que estiveram presentes na culminância/encerramento do projeto. Acredita-se que o objetivo de socialização do projeto com a comunidade foi alcançado, todavia, é inegável a importância do projeto Afro para a comunidade escolar e todos os sujeitos envolvidos na sua produção e execução. Além disso, considera-se necessário que os aspectos religiosos abordados na semana do projeto sejam explorados durante o percurso letivo anual e não somente em uma data “comemorativa” ou alusiva a um feriado específico. Ademais, observa-se que o projeto em questão demonstrou, de modo efetivo, a concretização de uma prática pedagógica decolonial consubstanciada na abordagem do fenômeno religioso.

Trata-se, ainda, de reconhecer que tais aspectos abordados no projeto devem seguir uma linearidade de abordagem no ensino, bem como, a escola deve oferecer um currículo flexível e que apresente, em linhas gerais, o tratamento adequado a fim de explorar a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira”, conforme prescreve a atual legislação educacional brasileira, consubstanciada nos ordenamentos da Lei n. 10639/2003⁴³. Assim, diante das informações apresentadas, considera-se que o projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”, o qual existiu no ano de 2019 na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, demonstrou a materialização de práticas educacionais decoloniais para o ensino religioso contemporâneo, o qual atentou-se para as perspectivas que consideram, na atualidade, um olhar plural e historicamente diversificado no tratamento do fenômeno religioso. Nessa perspectiva, é fundamental que este importante evento socioeducacional volte a ocorrer neste ambiente escolar, a fim de, após o contexto de pandemia ocasionado pela Covid-19, nos anos 2020 e 2021, sejam exploradas novas perspectivas, novas abordagens e que a gestão

⁴³ BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 20 mar. 2023.

escolar da escola-*locus* continue tendo uma visão holística, de modo a primar pelo respeito e valorização da diversidade, elementos a serem considerados no currículo da escola e para o seu projeto político pedagógico, a fim de os aspectos decoloniais concebidos na execução do projeto também possam conjugar com os direcionamentos presentes na atual legislação educacional brasileira.

Considerações finais

As discussões sobre os papéis que a gestão escolar tem assumido na contemporaneidade tem versado sobre inúmeras questões. Dentre eles, elementos acerca da democratização das ações escolares, a participação coletiva na tomada de decisões, o uso coerente das tecnologias da informação no trabalho desenvolvido pela escola e, também, sobre a promoção de práticas educacionais atentas ao novo formato do currículo atual, pautado nos direcionamentos da BNCC e nas diferentes propostas pedagógicas assumidas pelas escolas na atualidade.

Em vista dessas importantes questões, o presente artigo teve como objetivo geral estudar os papéis da gestão escolar da EMEF Maestro Miguel Alves da Silva no projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira”. A abordagem da temática foi realizada com vistas a uma pesquisa exploratória realizada através de um estudo de caso na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva, escola da rede pública municipal de Macapá, no estado do Amapá.

Diante do objetivo apresentado, os resultados alcançados denotaram que o projeto “De mãos dadas com a cultura afro-brasileira” é importante para a materialização de práticas educacionais decoloniais e que configuram a abordagem do fenômeno religioso como escopo central no trato curricular. Ademais, considerando a última vez que o projeto foi consolidado e existente na escola-*locus*, acredita-se que o seu retorno seja relevante para os educandos e para todos os sujeitos envolvidos, a fim de que existam ações necessárias à existência de uma proposta capaz de promover a reflexão e existência de um ensino religioso laico, plural e diversificado a todos os estudantes. Destaca-se, ainda, após inferências na escola-*locus* e diálogos com a coordenação pedagógica, a informação de que o seu retorno está previsto para

ocorrer no intercurso do ano letivo de 2022, especialmente na semana da consciência negra, conforme ocorria nos anos anteriores à Pandemia da Covid-19.

Sendo assim, acredita-se que tal atitude seja importante para reverberar ações conjuntas ou mesmo despertar, socialmente, o interesse de outras escolas em promover a existência de um projeto que contemple uma racionalidade educativa plural e com base em princípios que primem, de modo fundamental, pelo respeito às diversas religiões existentes historicamente no planeta, calcado em uma prática educacional coesa com os instrumentos sociopolíticos da atual legislação educacional brasileira, como as orientações constantes na BNCC e, no caso da Amazônia amapaense, o RCA.

Por fim, compreende-se que é papel da escola oportunizar esse retorno e, com maior intensidade, através do trabalho coeso exercido pela coordenação pedagógica da escola citada, a qual buscou configurar uma relação transversal com múltiplos segmentos escolares (corpo docente, secretaria escolar, equipe de apoio, entre outros atores), e, também, sujeitos da comunidade escolar, os quais estão presentes e fazem parte desse relevante processo educativo construído na EMEF Maestro Miguel Alves da Silva.

Referências

ABUMANSUR, Edin Sued. “Religião e Democracia, questões à laicidade do Estado”. *In: BERNI, Luiz E. Valiengo (org.). Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2016. (Coleção Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade, 1 v.).

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Educação. *Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e ensino fundamental*. Macapá: SEED, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ap.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhais. Gestão da educação: o município e a escola. *In: FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 4. ed. São Paulo:

Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 mar. 2023.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

COUTINHO, Clara Pereira. *Métodos de Investigação em Educação*. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 2008.

CURY, Carlos R. Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Ensino religioso no Amapá: intolerância contra as religiões de matrizes africanas. *Rev. Pistis Prax.*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 259-280, jan./abr. 2017.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; REIS, Marcos V. de Freitas; BOBSIN, Oneide. A realidade do ensino religioso no estado do Amapá: proposta de criação do primeiro curso de licenciatura em ciência da religião. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 172-191, jan./jun. 2017.

EMEF MAESTRO MIGUEL ALVES DA SILVA. *Projeto "De mãos dadas com a cultura afro-brasileira"*. Macapá, 2019.

FRANCO, Maria L. Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro, 2008.

JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. Educação e História do Ensino Religioso. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 5-26, jul./set. 2015.

Disponível em:

http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_n_o_2_Sergio_Junqueira.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo; REIS, Marcos V. de Freitas. Diversidade religiosa, laicidade aplicado ao ensino religioso. *Revista Labirinto*, Porto Velho, ano XX, v. 32, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 8. ed. Goiânia: Alternativa, 2011.

LUCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MOTA NETO, João Colares da. *Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Curitiba: CRV, 2016.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. [livro eletrônico]. São Paulo: Pólen, 2020.

NOGUEIRA, Thaís Tavares; ALBUQUERQUE, Maria B. Barbosa. Mulheres Pajés: práticas de resistência decolonial na Amazônia. In: SARDINHA, Antonio Carlos; SILVA, David J. de Souza; Gushiken, Yuji (org.). *Estudos de cultura: abordagens e perspectivas*. Macapá: UNIFAP, 2020.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes; DOURADO, Luiz Fernandes. *Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação*. 2008. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/5gestao_escolar_democratica_definicoes_principios_mecanismo_implementacao.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, Marcos V. de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. Superação da Intolerância no Espaço da Escola em Diálogo com a Laicidade. *In*: REIS, Marcos V. de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo; SANTOS, Fernanda C. da Encarnação dos (org.). *Ensino religioso: um espaço para o laico*. Rio Branco: Nepan, 2020. (Coleção Ensino Religioso na Região Norte, livro 2).

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Traducción de Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2000.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SOARES, Afonso M. Ligorio. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 9, p. 1-18, set. 2009. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_soares.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SOUZA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

VULCÃO, Maria de L. Sanches. *Ensino Religioso no Amapá: uma disciplina em construção (2006-2011)*. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. *Capitalismo e democracia*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.